



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638426 - SP (2021/0000762-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : MARCIO ARAUJO NEVES
ADVOGADO : MARCIO ARAUJO NEVES - SP352616
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LEANDRO FABRIZIO LIMA DOS REIS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LEANDRO FABRIZIO LIMA DOS REIS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução Penal n, 0010756-22.2020.8.26.0502).

A paciente foi condenado à pena de 5 anos de reclusão pelo cometimento do crime tipificado no art. 33, da Lei n. 11.343/2006 e 7 anos e 6 meses de reclusão, no regime inicial de cumprimento de pena em regime fechado, pelo cometimento do crime descrito no art. 157 § 2º, incisos I e II, do Código Penal.

O impetrante sustenta que deve ser elaborado outro cálculo da pena, utilizando a fração de 1/6 para o crime comum e 2/5 para o crime hediondo.

Alega, que: "no caso vertente, destaca-se o fato de que o paciente foi condenado a cumprir pena por ter cometido crime de roubo majorado ocorrido no ano de 2011, sendo certo que a execução da pena privativa de liberdade se iniciou no ano de 2018. Uma vez que o crime de roubo praticado pelo paciente ocorreu em ano anterior a 2020, deve ser utilizada a fração de 1/6 para a progressão de regime, pois à época dos fatos, tratava-se de crime comum." (fls. 4-5)

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja elaborado novo cálculo de pena, utilizando a fração de 1/6 para o crime comum e 2/5 para o crime hediondo.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente